



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Concordo.

Homologo.

Inf. n.º PLAV/7/2014

Data:2014-01-08

Assunto: PARECER - SIADAP 1 - PLANO DE ATIVIDADES E QUAR 2014 - IPDJ

PARECER FINAL

O presente documento analisa a informação disponibilizada pelo *Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)* de modo a possibilitar uma apreciação crítica ao **Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)** proposto para o ano de 2014.

Considerando que ainda decorrem as necessárias adaptações dos mapas de pessoal ao Orçamento de Estado de 2014, o presente parecer não incide sobre a informação constante no QUAR quanto aos recursos humanos planeados.

Atenta a exceção acima identificada, a Secretaria-Geral considera que, do ponto de vista estritamente formal, o QUAR do IPDJ cumpre os requisitos necessários para ser aprovado. Nestes termos, submete-se à Tutela decisão sobre essa aprovação.

1. DOCUMENTAÇÃO DISPONIBILIZADA

Para a análise foi disponibilizada a seguinte informação:

- QUAR 2014;
- Plano Anual de Atividades 2014.

2. METODOLOGIA DE ANÁLISE

2.1 REQUISITOS FORMAIS

A análise realizada incidiu sobre o cumprimento dos requisitos formais para a construção do QUAR, designadamente aqueles apresentados no manual *Avaliação dos Serviços - Linhas de Orientação Gerais*, de 4 de Março de 2010, elaborado pelo Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços (CCAS).

2.2 APRECIÇÃO CRÍTICA

Para além da verificação dos requisitos formais, a análise incidiu sobre outros aspetos relacionados com a construção do QUAR, designadamente, a qualidade da informação na definição dos objetivos,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

indicadores de desempenho e metas, a estrutura da informação e o alinhamento com o Plano Anual de Atividades.

3. ANÁLISE GLOBAL

3.1 ANÁLISE DOS REQUISITOS FORMAIS

O Serviço cumpre os requisitos formais de construção do QUAR, nomeadamente:

- A definição da Missão e Objetivos Estratégicos Plurianuais;
- A definição de Objetivos Operacionais e respetivas ponderações;
- A definição de Indicadores e respetivas ponderações;
- A definição de metas quantitativas, tolerâncias e valores críticos;
- As ponderações de cada parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade);
- A identificação dos meios disponíveis (Recursos Humanos e Recursos Financeiros).

3.2 APRECIACÃO CRÍTICA DOS OBJETIVOS E INDICADORES DE DESEMPENHO

Da análise efetuada ao QUAR 2014 do IPDJ apresentamos a seguinte informação:

- Objetivos Operacionais:
 - Para efeitos de identificação dos objetivos mais relevantes (Orientação Técnica do CCAS, de 12 de Janeiro de 2009), constata-se a escolha dos objetivos O1, O4 e O5, com um peso global de 16%, 30% e 30%, respetivamente.
- Indicadores:
 - Em termos formais e metodológicos os indicadores encontram-se corretamente alinhados com os objetivos definidos.

4. CONCLUSÃO

Do ponto de vista estritamente formal a Secretaria-Geral considera que o QUAR do IPDJ, exceto no que concerne aos recursos humanos planeados, cumpre os requisitos para ser aprovado. Nestes termos, submete-se à Tutela decisão sobre essa aprovação.

À consideração superior.

O Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação,

ANO:2014

MINISTÉRIO: Presidência do Conselho de Ministros

SERVIÇO: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

MISSÃO: Execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

VISÃO: Ser uma organização de reconhecida referência nacional e internacional no desenvolvimento de políticas públicas para as áreas do desporto e juventude.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO

OE 1. Incrementar a prática desportiva, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais

OE2. Reforçar e valorizar competências e formação profissional

OE3. Fomentar a participação e inclusão social dos Jovens com a implementação de programas

OE4. Promover a valorização da cidadania e da ética no desporto, procurando erradicar comportamentos antissociais e ilegais

Objectivos Operacionais

Eficácia

40%

OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais.

40%

	INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 1	Nº de participantes no Programa Marcha e Corrida	20.000	35.000	35.500	500	37.000	25%				
Ind. 2	Nº avaliações e controlos de treino	4.500	3.600	2.500	50	2.600	25%				
Ind. 3	Nº total de exames médico-desportivos, consultas e tratamentos	25.000	23.500	23.300	200	23.700	25%				
Ind. 4	Nº de atletas nacionais apoiados			120	0	140	25%				

OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos Recursos Humanos.

30%

	INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 5	Nº de certificados emitidos	22.000	23.500	23.500	250	24.000	55%				
Ind. 6	Volume de formação modular certificada [37,5 (número médio de horas de cada ação de formação – ações de 25h ou 50h) *15 (número mínimo de formandos em cada ação de formação)]			117.000	500	120.000	45%				

OO3. Fomentar junto dos Jovens o Empreendedorismo, a Participação Cívica, o Voluntariado, a Igualdade de Género, a Ocupação de Tempos livres e os Estilos de Vida Saudáveis

30%

	INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 7	Nº de jovens participantes nos Programas	68.510	124.600	124.600	6.230	135.500	70%				
Ind. 8	Nº de entidades envolvidas nos Programas	1.000	1.431	1.431	0	1.450	30%				

Eficiência 30%

004. Apoiar o Associativismo Jovem e contribuir para a valorização e Reconhecimento da Educação Não Formal 100%

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 9 N.º total de Associações de jovens inscritas no RNAJ.	1.002	1.020	1.080	25	1.120	20%				
Ind. 10 N.º de entidades envolvidas e apoiadas em Programas e iniciativas associativas	1.000	1.200	1.260	50	1.310	30%				
Ind. 11 N.º de Jovens envolvidos em programas e iniciativas associativas apoiadas pelo IPDJ	1.000	4.406	5.000	100	5.500	50%				

Qualidade 30%

005. Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem 100%

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 12 N.º de iniciativas de promoção realizadas sobre a temática da ética no desporto		153	60	10	80	25%				
Ind. 13 N.º de métodos / ensaios acreditados no âmbito do sistema de Acreditação pelo IPAC		1	2	0	3	25%				
Ind. 14 N.º de processos da ESPAD certificados com a Norma ISO 9001		5	5	0	6	25%				
Ind. 15 N.º de amostras de sangue recolhidas em controlos fora de competição no âmbito da estratégia do Passaporte Biológico			300	0	320	25%				

NOTA EXPLICATIVA

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

AVALIAÇÃO GLOBAL

Eficácia

- OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais.
- OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos Recursos Humanos.
- OO3. Fomentar junto dos Jovens o Empreendedorismo, a Participação Cívica, o Voluntariado, a Igualdade de Género, a Ocupação de Tempos livres e os Estilos de Vida Saudáveis

Eficiência

004. Apoiar o Associativismo Jovem e contribuir para a valorização e Reconhecimento da Educação Não Formal

Qualidade

005: Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	Recursos Planeados	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	5	20	100		
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	33	16	528		
Coordenador Científico	1	16	16		
Técnicos Superior - (inclui especialistas de informática)	147	12	1.764		
Médicos	2	12	24		
Enfermeiros	1	12	12		
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	5	12	60		
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	149	8	1.192		
Assistente operacional	29	5	145		
TOTAL	372	113	3.841		

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	60.355.368,00		
Despesas com pessoal	9.753.152,00		
Aquisição de Bens e Serviços	7.156.593,00		
Outras Despesas Correntes	43.445.623,00		
PIDDAC	6.000.000,00		
Outros valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	66.355.368 €		

Indicadores: Fontes de Verificação

Ind. 1	Nº de participantes no Programa Marcha e Corrida	Relatório do programa
Ind. 2	Nº avaliações e controlos de treino	Relatório Mensal
Ind. 3	Nº total de exames médico-desportivos, consultas e tratamentos	Base de dados GESPPXI
Ind. 4	Nº de atletas nacionais apoiados	Listas de acesso a infraestruturas e residentes
Ind. 5	Nº de certificados emitidos	Plataforma Informática PRODESporto
Ind. 6	Volume de formação modular certificada	Relatório
Ind. 7	Nº de jovens participantes nos Programas	Relatório
Ind. 8	Nº de entidades envolvidas nos Programas	Relatório
Ind. 9	N.º total de Associações de jovens inscritas no RNAJ.	Aplicação Informática
Ind. 10	Nº de entidades envolvidas e apoiadas em Programas e iniciativas associativas	Relatório
Ind. 11	Nº de Jovens envolvidos em programas e iniciativas associativas apoiadas pelo IPDJ	Relatório
Ind. 12	Nº de iniciativas de promoção realizadas sobre a temática da ética no desporto	Relatórios de atividades (seminários, workshops, ações de informação e formação)
Ind. 13	Nº de métodos / ensaios acreditados no âmbito do sistema de Acreditação pelo IPAC	Certificado de Acreditação emitido pelo IPAC
Ind. 14	Nº de processos da ESPAD certificados com a Norma ISO 9001	Certificados emitidos
Ind. 15	N.º de amostras de sangue recolhidas em controlos fora de competição no âmbito da estratégia do Passaporte Biológico	Base de dados PNA



Plano de Atividades 2014





GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- ABCD – Agência Brasileira de Controlo de Dopagem
- ACIDI – Alto Comissariado para a imigração e Diálogo Intercultural, I. P.
- ADoP - Autoridade Antidopagem de Portugal
- AIDEM – Agência Independente do Desporto e do Mar
- AMA – Agência Mundial Antidopagem
- AMA – Agência para a Modernização Administrativa
- ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino
- AR – Alto Rendimento
- CDNJ – Centro Desportivo Nacional do Jamor
- CMMC - Centros Municipais de Marcha e Corrida
- CNAD – Conselho Nacional Antidopagem
- CNID – Associação dos Jornalistas de Desporto
- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CSCQ - *Centre Suisse de Controle de Qualité*
- DGPM – Direção-Geral de Política do Mar
- DGPM – Direção-Geral de Política do Mar
- DGSP – Direção Geral dos Serviços Prisionais
- ESPAD - Estrutura de Suporte ao Programa Antidopagem
- IMIM – *Institut Municipal d'Investigació* Médica
- IPAC – Instituto Português de Acreditação, IP
- IPDJ, I. P. - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.,
- LAD – Laboratório de Análises de Dopagem



NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OTL – Ocupação de Tempos Livres

PAE - Programa de Apoio Estudantil

PAI – Programa de Apoio Infraestrutural

PAJ – Programa de Apoio Juvenil

PCM – Presidência do Conselho de Ministros

PNED - Plano Nacional de Ética Desportiva

PNMC – Programa Nacional Marcha e Corrida

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

PREMAC - Plano de redução e Melhoria da Administração Central do Estado

RNAJ - Registo Nacional do Associativismo Jovem

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
CARACTERIZAÇÃO DO IPDJ, I.P.....	8
ATRIBUIÇÕES DO IPDJ, I.P.	9
PARA QUEM ATUAMOS E COM QUEM NOS RELACIONAMOS.....	12
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	13
ÁREAS DE INTERVENÇÃO – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	14
1. Desporto para Todos e Desporto de Alto Rendimento	15
2. Formação e Qualificação	20
3. Juventude	22
4. Ética no desporto	25
ÁREAS DE INTERVENÇÃO TRANSVERSAIS.....	30
Informação e Comunicação	30
RECURSOS HUMANOS	32
RECURSOS FINANCEIROS	33
INFRAESTRUTURAS.....	35
ANEXO I – QUAR IPDJ, I.P.	36



INTRODUÇÃO

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., criado pelo Decreto-Lei nº 98/2011, de 21 de Setembro, pioneiro no âmbito do Plano de redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), resulta da fusão e sucede na totalidade das atribuições e competências, nos direitos e obrigações, do Instituto do Desporto de Portugal, I.P. e do Instituto Português da Juventude, I.P., de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 22º do referido diploma.

Neste sentido, foi elaborado o presente documento, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro, tendo sido delineado a partir das áreas de intervenção, dos objetivos estratégicos – estabelecidos no Programa do XIX Governo – com base nos quais foram definidos os objetivos operacionais integrados no presente Plano de Atividades do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. para o ano 2014, e na proposta de QUAR.

Para além daqueles objetivos, foram formulados objetivos operacionais por área de intervenção, alguns não diretamente relacionados com os objetivos estratégicos mas que consubstanciam projetos e atividades a desenvolver no âmbito da missão e das atribuições cometidas ao Instituto, designadamente no âmbito da melhoria da gestão e organização internas.

Fundadas nos **objetivos estratégicos** superiormente traçados, as atividades e modelo operacional contidos no presente documento, servem o propósito de construir o que se pensa ser o caminho mais adequado para dar o melhor seguimento à prossecução das atividades nas áreas do Desporto e da Juventude. Dá-se conta das atribuições genéricas e específicas do IPDJ, I.P. respondendo, ao mesmo tempo, às particularidades dos públicos e da ação.

O compromisso a assumir na área do desenvolvimento do sistema desportivo nacional, passará por um princípio de **Desporto com Todos e Para Todos**, fomentado numa abordagem transectorial, que criará sinergias e boas práticas, enquadradas em princípios de atuação éticos, justos e coesos, envolvendo setores como a Saúde, Educação, Ambiente, Planeamento e Transportes. Estão definidas medidas concretas para diferentes segmentos, desde o desporto de base até ao desporto de alto rendimento.

Um dos objetivos principais centra-se no contributo ativo do organismo, para o aumento da participação dos cidadãos na prática desportiva de forma regular, continuada e com níveis de qualidade elevados, inserida num ambiente seguro e saudável.

Outro dos objetivos a ter em conta prende-se com a promoção e salvaguarda dos valores e princípios de ética desportiva através da execução do Plano Nacional de Ética Desportiva.



Assume neste domínio particular relevância a Autoridade Antidopagem de Portugal, sendo o Programa Nacional Antidopagem uma das componentes mais importantes da política de luta contra a dopagem implementada no nosso País.

Neste Programa inclui-se o número de ações de controlo de dopagem a efetuar; a distribuição das modalidades por grupos de risco; a distribuição dos controlos de dopagem pelas modalidades; a distribuição dos controlos de dopagem em competição e fora de competição e a proporção de controlos de dopagem urinários e sanguíneos.

Nele também se incluem iniciativas no âmbito da Campanha “JUNTOS será+fácil”, que visa a informação e a educação dos praticantes desportivos, do seu pessoal de apoio e de todos os agentes desportivos que podem contribuir para um desporto livre de práticas de dopagem e para a proteção da saúde dos praticantes desportivos.

No âmbito da cooperação internacional, a ADoP continuará a participar em diversas atividades da União Europeia, do Conselho da Europa e da Agência Mundial Antidopagem, nomeadamente no processo de revisão do Código Mundial Antidopagem e das respetivas Normas Internacionais. Também neste âmbito, continuará a desenvolver parcerias com outras agências nacionais antidopagem de outros países, nomeadamente com o Brasil na implementação da ABCD – Agência Brasileira de Controlo de Dopagem e a estabelecer novas parcerias com organizações antidopagem.

O investimento na qualificação dos agentes desportivos será de grande relevância. Aumentar a eficiência e eficácia do sistema de **Certificação de Recursos Humanos do Desporto** no cumprimento do quadro legal em vigor é um dos objetivos estabelecidos.

No que se refere à **dimensão internacional do desporto português**, apoiar o desporto de alto rendimento e as seleções nacionais, investindo no progresso técnico e na melhoria da qualidade competitiva no plano internacional, nomeadamente no que se refere aos projetos olímpicos e paralímpicos será considerado como objetivo fundamental. Nesse domínio, revela-se de extrema importância, o trabalho a desenvolver ao nível dos projetos “Esperanças Olímpicas” e “Esperanças Paralímpicas” no apoio e preparação dos jovens talentos e seleções nacionais de modalidades coletivas dos escalões etários mais jovens que tenham como objetivo garantir o apuramento para os Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos de 2020.

O apoio médico-desportivo aos atletas de **Alto Rendimento, das Seleções Nacionais**, Clubes Desportivos e população desportiva em geral será assegurado por serviços do Departamento de Medicina Desportiva em variadas valências, permitindo disponibilizar o acesso aos atletas de diferentes serviços especializados, incluindo a avaliação e controlo de treino, sendo neste



domínio os serviços a prestar na unidade médico desportiva localizada no Centro Desportivo Nacional do Jamor.

O Centro Desportivo Nacional do Jamor é um espaço global, cuja prioridade é a excelência do desporto de alto rendimento e os seus atores, sem esquecer, no entanto, o desporto recreativo e de lazer. Um pulmão verde no coração da Grande Lisboa, que apela à quietude e à interioridade. Um lugar para atletas, famílias ou simples amantes do desporto e da mãe-natureza. Um lugar que procura deixar a sua marca no futuro.

Este Centro ocupa uma área com cerca de 200 hectares do concelho de Oeiras e acolhe tanto os atletas da prática desportiva federada e da alta competição como os visitantes que pretendem assistir aos eventos desportivos, os habitantes dos concelhos limítrofes que utilizam as zonas de lazer, os circuitos de manutenção e outros serviços desportivos existentes e ainda escolas de todo o país que visitam regularmente este espaço desportivo polivalente.

Em relação ao Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ), 2014 será o ano onde se vão efetuar intervenções e considerações do pensamento estratégico, tanto ao nível das instalações desportivas e suas funções como da definição do modelo de gestão e manutenção das infraestruturas e dos espaços existentes.

Tudo isto com a finalidade de dotar este Centro Desportivo com as necessárias e adequadas condições de forma a considerá-lo como uma referência de excelência, tanto a nível Nacional como Internacional, na promoção e desenvolvimento do Desporto e do Apoio ao Alto Rendimento.

Na área da **juventude**, a intervenção deverá privilegiar a implementação de uma política de juventude **transversal**, através de programas próprios e parcerias estratégicas, valorizando a Educação não formal e a aplicação de metodologias ativas, privilegiando uma política de **proximidade** sustentado no diálogo estruturado com os jovens e as suas plataformas representativas.

Num contexto económico e social especialmente difícil, apoiar os jovens, proporcionar-lhes os instrumentos e os meios para que possam abrir o caminho para que criem as suas próprias oportunidades, estimular e desenvolver com eles as respostas adequadas às suas necessidades e do país, potenciando as suas energias, criatividade, força, vontade voluntária, capacidades e conhecimentos, individual e coletivamente, significa tornar a sua **cidadania plena, presente e contribuir para a inclusão social dos jovens**.

Incentivar os jovens na aquisição de valores e práticas empreendedoras, estimulando a inovação e a criatividade, disponibilizando instrumentos e meios que possam contribuir para a promoção de uma cultura empreendedora e apoiar projetos de **empreendedorismo** na



vertente cultural, social e económica estará nas prioridades da ação, contribuindo para uma necessária diminuição do Desemprego Jovem.

Este plano reforça a aposta no **Associativismo Jovem** e na **Educação Não Formal**, enquanto escola de cidadania, de participação, de aquisição e desenvolvimento de competências, de concretização de projetos pessoais e coletivos dos jovens.

Paralelamente prevê-se um reforço do papel do IPDJ na promoção do **voluntariado** e da **Ocupação de Tempos livres** dos jovens, assim como o desenvolvimento de programas que contribuam para a promoção de **Estilos de Vida Saudáveis**, da **igualdade de Género**, da **Participação Cívica** dos Jovens.

Pretende-se conjugar a experiência e trabalho firmado em áreas de tão grande impacto e importância transversal, com a necessária dinâmica e reordenação que um processo de fusão implica e que constitui, cremos, uma oportunidade ímpar para harmonizar e fomentar proficuamente os saberes, experiências e atuações das áreas da juventude e do desporto, junto dos jovens e das populações.

As páginas que se seguem compaginam as opções estratégicas do IPDJ, I.P. no prosseguimento da sua missão.

Lisboa, 31 de dezembro de 2013

O Presidente do Conselho Diretivo do IPDJ, I.P.

Augusto Baganha

CARACTERIZAÇÃO DO IPDJ, I.P.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

O IPDJ, I. P., prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros, sob superintendência e tutela do Primeiro-Ministro, ou do membro do Governo com responsabilidade na área do desporto e da juventude.

A) *Missão*

O IPDJ, I.P., tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.

B) *Visão*

Ser uma organização de reconhecida referência nacional e internacional no desenvolvimento de políticas públicas para as áreas do desporto e juventude.

C) *Valores Institucionais*





D) Jurisdição territorial

O IPDJ, I. P., é um organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional, com sede em Lisboa. A nível regional funcionam serviços desconcentrados, designados por Direções Regionais do Norte, com sede no Porto, do Centro, com sede em Coimbra, de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Lisboa, do Alentejo, com sede em Évora, e do Algarve, com sede em Faro.

O âmbito territorial dos serviços desconcentrados corresponde ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente.

ATRIBUIÇÕES DO IPDJ, I.P.

As principais atribuições:

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;
- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetas para a prossecução da sua atividade;



- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
- i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;
- j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
- k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
- l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

O Desporto em Evidência:

- a) Prestar apoio e propor a adoção de programas para a integração da atividade física e do desporto nos estilos de vida saudável quotidiana dos cidadãos e apoiar técnica, material e financeiramente o desenvolvimento da prática desportiva, assim como o desporto de alto rendimento e as seleções nacionais;
- b) Propor e aplicar medidas preventivas e repressivas no âmbito da ética no desporto, designadamente no combate à dopagem, à corrupção, à violência, ao racismo e à xenofobia no desporto, bem como na defesa da verdade, da lealdade e correção das competições e respetivos resultados;
- c) Propor a adoção do controlo médico-desportivo no acesso e na prática desportiva;
- d) Velar pela aplicação das normas relativas ao sistema de seguro dos agentes desportivos;
- e) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas ou privadas, a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre os indicadores da prática desportiva e os diferentes fatores de desenvolvimento da atividade física e do desporto.



A Juventude em Destaque:

- a) Apoiar a definição das políticas públicas para a juventude, designadamente através da adoção de medidas de estímulo à participação cívica dos jovens em atividades sociais, económicas, culturais e educativas;
- b) Acompanhar a execução das políticas públicas de juventude;
- c) Apoiar o associativismo jovem, nos termos da lei, mantendo atualizado o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ);
- d) Apoiar técnica e financeiramente os programas desenvolvidos non âmbito da Lei do Associativismo Jovem;
- e) Promover a implementação de programas destinados a responder às necessidades e especificidade do universo jovem, nomeadamente nas áreas de ocupação de tempos livres, do voluntariado, do associativismo, da educação não-formal e da formação;
- f) Promover e implementar mecanismos de estímulo e apoio à iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens;
- g) Promover ações de sensibilização e aconselhamento, em particular nas áreas da saúde, comportamento de risco, proteção de menores e ambiente, visando assegurar a realização e o bem-estar dos jovens;
- h) Apoiar a mobilidade dos jovens, promovendo a construção de infraestruturas de alojamento e dinamizando, em particular, a rede nacional de pousadas da juventude, segundo critérios de racionalidade geográfica e demográfica, bem como de eficiência económica;
- i) Incentivar o intercâmbio juvenil, promovendo a participação e integração em organismos comunitários e internacionais e em projetos de cooperação e desenvolvimento social e económico;
- j) Promover o estabelecimento de parcerias com entidades públicas ou privadas de âmbito regional, nacional ou internacional, com vista à prossecução das políticas de juventude.

O IPDJ, I.P., pode estabelecer relações de cooperação, no âmbito das suas atribuições, com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sem que tais relações de cooperação impliquem delegação ou partilha de atribuições e competências.

PARA QUEM ATUAMOS E COM QUEM NOS RELACIONAMOS

No desenvolvimento da sua atividade, o IPDJ, I.P. relaciona-se com diversas *Stakeholders* que contribuem para a prestação de serviços ou são destinatários desses serviços, é no fundo, com eles e para eles, que se encontram orientadas as opções estratégicas.

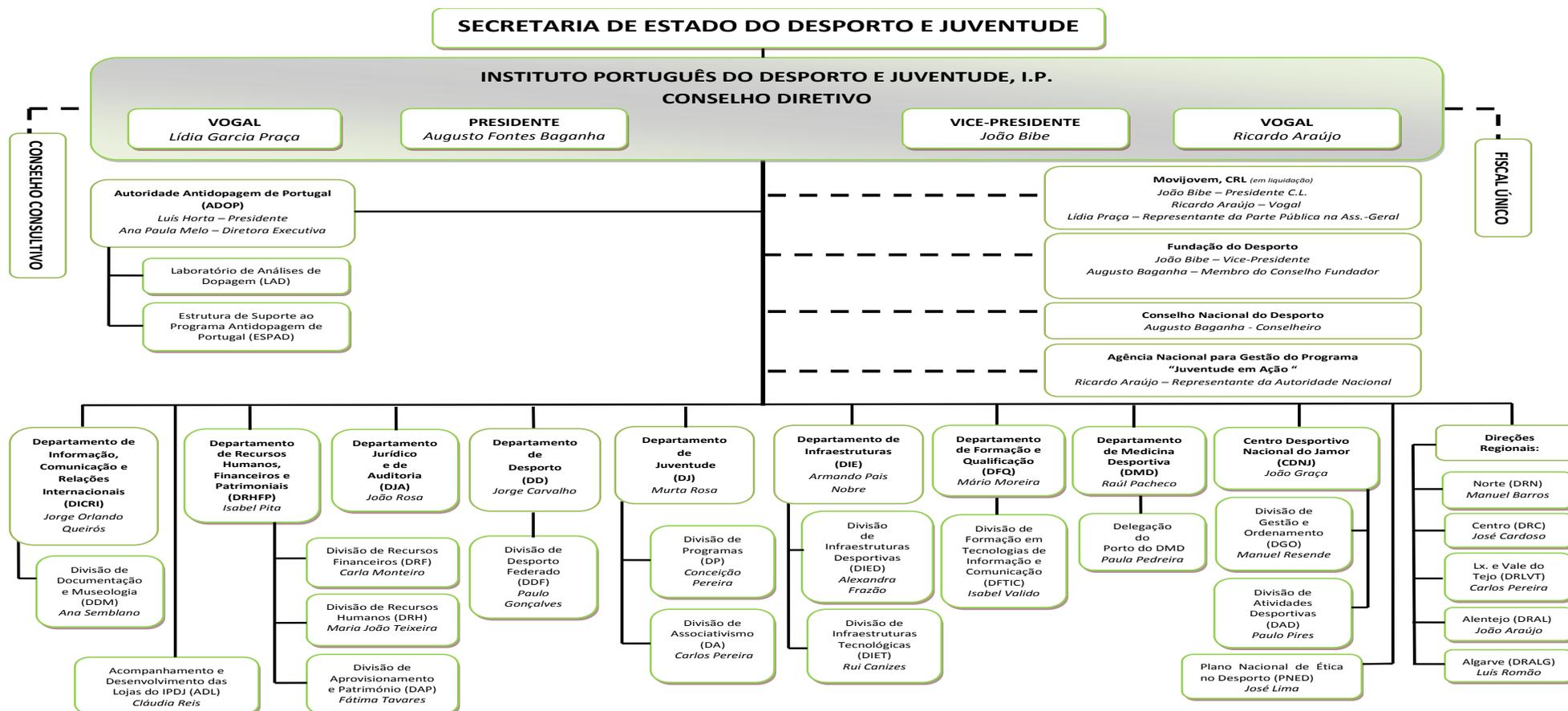


- Presidência do Conselho de Ministros;
- Conselho Nacional do Desporto;
- Comité Olímpico de Portugal;
- Comité Paralímpico de Portugal;
- Federações Desportivas com Utilidade Pública Desportiva;
- Liga Portuguesa de Futebol Profissional;
- Clubes e Associações Desportivas;
- Administração Pública Desportiva Regional;
- Autarquias Locais;
- Desporto Escolar;
- Entidades representativas dos praticantes desportivos e restantes agentes desportivos;
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Organismos Internacionais: União Europeia, Conselho de Europa, UNESCO;
- Agência Mundial Antidopagem;
- Universidades;
- Outros estabelecimentos de ensino;
- Empresas;
- Direção-Geral de Política do MAR (DGPM);
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM);
- Cidadãos em geral;
- Jovens;
- Associações de Jovens;
- Instituições públicas e privadas.



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO DESPORTO
E JUVENTUDE, I. P.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



ÁREAS DE INTERVENÇÃO – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
		OE1. Incrementar a prática desportiva, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais	OE2. Reforçar e valorizar competências e formação profissional	OE3. Fomentar a participação e inclusão social dos Jovens com a implementação de programas	OE4. Promover a valorização da cidadania e da ética no desporto, procurando erradicar comportamentos antissociais e ilegais
ÁREAS DE INTERVENÇÃO		OBJETIVOS OPERACIONAIS			
		OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais.	OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos recursos humanos.	OO3. Fomentar junto dos jovens o empreendedorismo, a participação cívica, o voluntariado, a igualdade de género e os estilos de vida saudáveis. OO4. Apoiar o associativismo jovem e contribuir para a valorização e reconhecimento da educação não formal.	OO5. Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem
ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Desporto para Todos e Desporto de Alto Rendimento	OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais.			
	Formação e Qualificação		OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos recursos humanos.		
	Programas de apoio aos jovens			OO3. Fomentar junto dos jovens o empreendedorismo, a participação cívica, o voluntariado, a igualdade de género e os estilos de vida saudáveis.	
	Associativismo			OO4. Apoiar o associativismo jovem e contribuir para a valorização e reconhecimento da educação não formal.	
	Ética no desporto				OO5. Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem

Uma vez definidos os **objetivos estratégicos, as áreas de intervenção e respetivos objetivos operacionais para 2014** foram estabelecidas as medidas de concretização que o IPDJ, I.P se propõe realizar. Neste âmbito, são enunciadas as ações das Unidades Orgânicas, Departamentos e Serviços.

Apresentam-se, a seguir, quadros síntese organizados por objetivos, medidas de concretização e ações a realizar, construídos a partir dos contributos recebidos. Deste modo, procura-se vincular as unidades orgânicas e serviços à prossecução dos objetivos estratégicos.

Este Plano de Atividades pretende funcionar como uma ferramenta facilitadora do processo de gestão e implementação das ações ao longo do ano, permitindo proceder a ajustes do planeamento sempre que se verifiquem desvios às metas preconizadas.

1. Desporto para Todos e Desporto de Alto Rendimento

O IPDJ, I.P. apoiará a criação de melhores condições organizacionais e operacionais das federações desportivas através da comparticipação dos custos da sua atividade no que diz respeito à sua estrutura interna, à organização de quadros competitivos, ao desenvolvimento da atividade desportiva, ao apoio a clubes e agrupamentos de clubes filiados, à implementação de projetos inovadores de desenvolvimento da prática desportiva, com incidência nos cidadãos mais vulneráveis, garantindo a qualificação dos Recursos Humanos do Desporto.

Será assegurado o apoio à criação de melhores condições organizacionais e operacionais das federações desportivas através da comparticipação nos custos da sua atividade no que diz respeito à sua estrutura interna, à organização de quadros competitivos, ao desenvolvimento da atividade desportiva, ao apoio a clubes e agrupamentos de clubes filiados, à implementação de projetos inovadores de desenvolvimento da prática desportiva juvenil, feminina, e também na área do desporto adaptado.

O financiamento ao movimento associativo federado será assente na promoção do desenvolvimento de programas desportivos que visem Incrementar a prática desportiva, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais, não perdendo de vista a função social do desporto e a valorização da cidadania e da ética no desporto.

O Desporto para Todos visa aumentar a adesão a prática desportiva regular, segundo duas dimensões: numa promover os estilos de vida saudável e noutra melhorar e aumentar o acesso ao desporto para Todos. As ações, num total de dezasseis, serão promovidas e desenvolvidas segundo quatro eixos: a primeira de Atividades Regulares, a segunda de apoio a Organização de Eventos Desportivos, a terceira de Cooperação Intersectorial e a quarta de Cooperação transnacional

OE1: Incrementar a prática desportiva, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
<p>OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais</p>	<p>Promoção de estilos de vida saudáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a organização de atividades que fomentem a prática regular no âmbito do desporto para todos e particularmente para a população em risco como são as crianças e os jovens, os seniores, as pessoas com deficiência/incapacidade e cidadãos em situação de marginalização e de risco (sem abrigos, obesos, toxicodependentes); ▪ Apoiar a realização de eventos cuja visibilidades, notoriedade e objetivos promovam os valores do desporto, os estilos de vida saudável e a adesão a programas da atividade física e dos desporto regular; ▪ Promover o desenvolvimento do desporto junto das pessoas com deficiência e da população sénior; ▪ Promoção da Cooperação Intersectorial nomeadamente como outros subsistemas como o Desporto Escolar, o Desporto Universitário, o Desporto Militar e a área da Saúde; ▪ Apoio a ações de cooperação transnacional no âmbito de programas e projetos específicos, a nível regional e/ou da EUROREGION com a Espanha, com países da União Europeia como TAFISA, Cidades Europeias de Desporto 2014; ▪ Apoio a atividades desportivas no âmbito do Desporto para Todos e do Alto rendimento, nomeadamente, no apoio a realização de eventos; <p>Apoio a entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção e desenvolvimento dos seguintes Programas de apoio ao desenvolvimento desportivo: 	<p>DD/DRs/DJ/ CDNJ</p>

- a) Desenvolvimento da Prática Desportiva;
- b) Enquadramento Técnico;
- c) Alto Rendimento e Seleções Nacionais;
- d) Organização de Eventos Desportivos;
- e) Missões aos Eventos Internacionais;
- f) Preparação Olímpica;
- g) Preparação Paralímpica;
- h) Deslocações das Equipas às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores;
- i) Medidas de apoio aos praticantes e aos agentes desportivos.

- Implementação de plataforma *on-line* para agilizar o *report* referente à execução dos programas de desenvolvimento desportivo apoiados.
- Enquadrar e promover a concretização das medidas de apoio ao Alto Rendimento previstas na legislação.
- Consolidar o registo nacional de clubes e federações desportivas por forma a incluir a generalidade dos clubes e outras entidades do movimento associativo
- Propor a concessão de condecorações desportivas nos termos da lei.

Apoio às Seleções Nacionais e ao Alto Rendimento (AR)

Na concessão de apoio financeiro para o AR e seleções nacionais, prioritariamente, às modalidades que atualmente são titulares de classificações relevantes nos escalões absolutos em Campeonatos do Mundo e da Europa e às que se encontrarem a disputar qualificações em fases avançadas em modalidades que estão inseridas no Programa Oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, designadamente:

- Apoio financeiro ao desenvolvimento dos programas

de alto rendimento e seleções nacionais das diferentes federações desportivas;

- Apoio na preparação e participação dos praticantes desportivos, designadamente dos praticantes desportivos em regime de alto rendimento e das seleções nacionais nas principais competições internacionais;
- Instrução dos processos de concessão de bolsas académicas aos praticantes de alto rendimento;
- Apoio ao AR com a cooperação na organização de eventos desportivos oriundos de Federações ou de outros promotores;

Medicina Desportiva

Apoio médico-desportivo aos atletas de Alto Rendimento, das Seleções Nacionais, Clubes Desportivos e população desportiva em geral será assegurado pelos serviços do Departamento de Medicina Desportiva, designadamente:

- Com a prestação de cuidados de saúde a praticantes desportivos federados tendo como prioritários os atletas de Alto Rendimento e Seleções Nacionais, designadamente, na realização de Exames Médico-Desportivos e Exames Complementares necessários para a decisão, realização de consultas de especialidades e Realização de Tratamentos em MF Reabilitação;
- Assegurar a formação em serviço dos diversos profissionais que integram o DMD, nos Centros de Medicina Desportiva de Lisboa, Centro de Medicina Desportiva do Porto e Unidade de Medicina Desportiva de Lisboa e Controlo De Treino (UMDCT) Jamor, com a realização mensal de reuniões de serviço, reuniões clínicas e apresentação de comunicações, trabalhos de investigação em Seminários e Congressos Nacionais e Internacionais;
- Desenvolver ações de formação na área do Exame

DD/DDF

DMD

Médico-Desportivo, tendo como objetivo principal a melhoria da referência médica para os Centros de Medicina Desportiva do IPDJ.

Atividades Partilhadas

Avaliação e Controlo de Treino:

- Assegurar que as atividades de avaliação e controlo do treino dos atletas de Alto rendimento e das Seleções Nacionais são efetuadas de acordo com a capacidade de execução e procura do Serviço;
- Manter o prazo de entrega de relatórios de avaliação dentro dos valores estipulados, afixando metodologias e a respetiva elaboração de relatórios;
- Assegurar um Sistema de Gestão dos processos.

Programa “Cuida-te”:

- Informar e sensibilizar os jovens da importância da alimentação saudável com o desenvolvimento de Ações de Educação para a Saúde na área da Nutrição, integrando o Programa “Cuida-te”.

Gestão de instalações e equipamentos:

Melhorar as condições oferecidas pelo Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ), designadamente:

- Apoio técnico às intervenções desenvolvidas nas instalações do CNDJ;
- Melhorar a gestão das instalações na perspetiva do utente na resposta ao utente com a elaboração de propostas de redistribuição de funções dos RH; atendimento e manutenção;
- Elaborar propostas visando a melhoria da qualidade física das instalações.

DMD
(UMDCT)

/CDNJ

DMD/DJ

CDNJ /DIED

2. Formação e Qualificação

A qualidade e o aumento da formação ministrada a agentes desportivos, possibilita a todos os interessados o acesso às qualificações necessárias fundamentais para se atingir um maior número de cidadãos ativos, contribuindo assim para baixar a taxa de sedentarismo, e melhorar o nível de saúde e de bem-estar.

Aumentar a eficiência e eficácia do sistema de Certificação de recursos humanos do Desporto no cumprimento do quadro legal em vigor é um dos objetivos estabelecidos, considerando as diferentes valências em termos de certificação, nomeadamente, na Formação de Treinadores, Formação de Técnicos de Fitness, Diretores Técnicos, Formação Contínua e Centro de Mergulho.

No âmbito da formação profissional, através da realização de formação modular certificada, pretende-se ir ao encontro dos jovens e responder a algumas das suas necessidades formativas. Dirigida aos jovens empregados/desempregados para o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica/empresarial e adaptabilidade dos jovens trabalhadores através de processos de *empowerment*, através da capacitação em competências transversais para a diferenciação laboral competitiva, funcionando como estímulo à iniciativa e espírito empreendedor.

Pretende-se, assim, complementar e aumentar a qualificação profissional, contribuir para a inserção ou progressão no mercado de trabalho e capacitar os jovens em idade ativa e sobretudo em situação de desemprego.

Também internamente, é objectivo do Instituto desenvolver e capacitar os recursos humanos de ferramentas de trabalho em áreas de conhecimento técnico específicas, mas também no domínio comportamental, provindo a aquisição de competências planeadas e fundamentais na gestão eficaz de equipas, nos processos de liderança e de comunicação efectiva e na gestão de conflitos ou na implementação de estratégias de motivação.

OE2: Reforçar e valorizar competências e formação profissional

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos recursos humanos	<p>No âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamentação da formação contínua de Treinadores; ▪ Elaboração da proposta de Portaria relativa à regulamentação da formação complementar específica; ▪ Regulamentação da formação Contínua de Técnicos de Fitness; ▪ Elaboração da proposta de Portaria relativa à conclusão 	

da regulamentação da formação contínua

- Regulamentação da formação obtida no estrangeiro para acesso à Cédula de Treinador;
- Elaboração da proposta de Regulamento relativo à da regulamentação da formação obtida no estrangeiro;
- Regulamentação da formação de Técnicos de Fitness;
- Elaboração do Perfil de Formação, dos Referenciais de formação, do Referencial de RVCC e apresentação da proposta à ANQEP relativa à formação de Técnicos de Fitness;
- Regulamentação da formação contínua de Treinadores;
- Elaboração da proposta de Portaria relativa à regulamentação da formação complementar específica;
- Regulamentação da formação Contínua de Técnicos de Fitness;
- Elaboração da proposta de Portaria relativa à conclusão da regulamentação da formação contínua
- Regulamentação da formação obtida no estrangeiro para acesso à Cédula de Treinador;
- Elaboração da proposta de Regulamento relativo à da regulamentação da formação obtida no estrangeiro;
- Regulamentação da formação de Técnicos de Fitness;
- Elaboração do Perfil de Formação, dos Referenciais de formação, do Referencial de RVCC e apresentação da proposta à ANQEP relativa à formação de Técnicos de Fitness.

No âmbito da Formação profissional Modular:

- Realização dos volumes de formação (horas) previstas no programa de Formação Modular Certificada;
- Realização dos procedimentos administrativos para a criação das condições necessária a execução das ações;
- Planeamento das ações;
- Execução e apoio à realização das ações;
- Procedimentos e *report* necessário às exigências do POPH;
- Realização dos volumes de formação (horas) previstas no programa.

DFQ

DFQ/DRs/

DRH

3. Juventude

Pretende-se Incentivar a cidadania e a Participação dos Jovens, promovendo o diálogo estruturado, a reflexão, o debate e implementando programas que estimulem a interação entre as diferentes instituições do espaço público e os jovens, proporcionando-lhes o conhecimento orgânico, institucional, a simulação prática das diferentes formas de decisão e construção da opinião.

Contribuir para afirmar o IPDJ como uma instituição de referência na promoção do Voluntariado Jovem e da Ocupação de Tempos Livres é um dos objetivos, implementando programas, apoiando e desenvolvendo uma rede de entidades no território nacional que possam desenvolver projetos, em várias áreas de intervenção, e que permitam responder às instituições e às populações na resolução de necessidades e problemas, ao mesmo tempo que contribuem para a capacitação dos jovens.

Em articulação com o Programa de Combate ao Desemprego Juvenil – Impulso Jovem, o IPDJ vai reforçar a sua intervenção na área do Empreendedorismo, contribuindo não só para estimular a criatividade e o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, mas também desenvolvendo competências nos jovens e apoiando projetos de empreendedorismo no espaço associativo, cultural, social e económico.

Em 2014 pretende-se dar continuidade às intervenções na área da saúde Juvenil e promoção de estilos de vida saudáveis, contribuindo para a educação sexual dos jovens, combate à obesidade e a consumos nocivos, prevenindo comportamentos de risco e contribuindo para a formação e informação aos jovens.

Apoiar e valorizar o Associativismo Jovem e contribuir para o reconhecimento da Educação Não Formal são prioridades em 2014. Paralelamente à implementação dos tradicionais programas de apoio às atividades das associações Juvenis e estudantis, assim como às infraestruturas e equipamentos, serão implementados novos programas de incentivo ao desenvolvimento associativo através de estágios profissionais, de voluntariado e empreendedorismo associativo. Por outro lado será desenvolvido um trabalho no sentido de valorizar e reconhecer as competências adquiridas através da Educação Não Formal e a implementação de um Plano Nacional de Formação que centre a sua intervenção na capacitação dos jovens e de técnicos de Juventude.

Promover a Inclusão social dos jovens e a Igualdade de Género será outra área de intervenção em 2014.

Monitorizar os principais indicadores juvenis, ter acesso a conhecimentos mais aprofundados e extensos sobre as diferentes Juventudes, bem como sobre os Programas e diferentes formas de intervenção, é fundamental para conceber e implementar Políticas Públicas para os Jovens, para melhorar a tomada de decisão, bem como para aumentar a qualidade dos programas e da

participação dos jovens. Nesse sentido, prevê-se a dinamização da área de conhecimento e investigação sobre Juventude.

OE3: Fomentar a participação e inclusão social dos jovens com a implementação de programas

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
<p>OO3. Fomentar junto dos jovens o empreendedorismo, a participação cívica, o voluntariado, a igualdade de género e os estilos de vida saudáveis.</p>	<p><u>Empreendedorismo</u> Estimular a criatividade, inovação e empreendedorismo nas vertentes: cultural, económica e social no âmbito dos programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empreende Já; ▪ Programa Inova; ▪ Programa Impulso Jovem: - Rede Perceção e Gestão de Negócios; ▪ Programa Jovens Criadores. <p><u>Cidadania e participação</u> Incentivar os jovens ao conhecimento e funcionamento das estruturas do poder democrático, aumentando o número de participantes e de entidades envolvidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Parlamento dos Jovens; ▪ Programa Euroescola; ▪ Liga de Debates. <p><u>Voluntariado e Tempos livres</u> Tornar o IPDJ numa instituição de referência na gestão e no envolvimento de jovens em projetos de voluntariado e de tempos livres, a nível nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamentar e Implementar Programa e Banco de Voluntariado Jovem ▪ Reformular, regulamentar e implementar Programa OTL; ▪ Regulamentar e implementar Programa " 2 ou +" (Deporto e Juventude); ▪ Implementar Programa "Férias em Movimento"; ▪ Definir e gerir o processo de certificação de entidades e monitores de Campos de Férias. 	<p>DJ/DP/DA/ /DRs</p>

	<p><u>Inclusão Social e Igualdade de Género</u></p> <p>Potenciar a inclusão dos jovens através da atividade do movimento associativo jovem e contribuir para o desenvolvimento de Planos Nacionais, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Plataforma Jovem de Inclusão Social ▪ Plano Nacional para a Igualdade de Género – “Namorar com Fair Play” ▪ Atividades e Projetos em parceria com o programa Escolhas e Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. <p><u>Saúde e Estilos de Vida Saudáveis</u></p> <p>Melhorar a informação aos jovens sobre Saúde Juvenil, promovendo estilos de vida saudáveis e combatendo consumos nocivos, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Celebrar novo Protocolo no âmbito do Programa Cuida-te e implementação (Unidades Móveis; Teatro-Debate; Gabinetes de Saúde; Formação); ▪ Linha da sexualidade Juvenil; ▪ Implementar a Linha do Professor. <p><u>Estudos sobre Juventude</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar os principais índices e indicadores juvenis; ▪ Aprofundar o conhecimento das realidades juvenis e avaliar impacto de programas para jovens através de estudos, investigação e publicações. 	
<p>OO4. Apoiar o associativismo jovem e contribuir para a valorização e reconhecimento da educação não formal</p>	<p><u>Associativismo</u></p> <p>Estimular o crescimento estrutural das associações juvenis ampliando a sua intervenção territorial e a diversificação da ação, nomeadamente com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Novo Regime Jurídico do Associativismo Jovem – Regulamentação dos Programas de Apoio; ▪ Implementação dos Programas PAJ; PAE; PAI; ▪ Regulamentação e Implementação do Programa de Incentivo ao desenvolvimento Associativo – Estágios Profissionais Passaporte Emprego; ▪ Regulamentação e Implementação do programa de Voluntariado Associativo. ▪ Implementar e promover o RNAJ; 	<p>DJ/DP/DA/ DRs</p>

- Instituir Prémio de Boas Práticas Associativas;
- Celebrar e Promover o Dia do Associativismo.

Educação não-formal

- Implementar Plano Nacional de Formação;
- Implementar Programa Formar;
- Definir modelo de validação de competências e estrutura operativa;
- Regulamentar e implementar o processo de certificação do Pessoal Técnico de Campos de Férias e de Entidades Formadoras.

4. Ética no desporto

Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED)

O PNED tem por objetivo estimular e promover iniciativas, sobretudo juntos dos jovens e crianças, que permitam vivenciar os valores éticos no âmbito do desporto/prática desportiva, tais como a verdade, a cooperação, o respeito, a solidariedade, a tolerância, a interajuda, entre outros.

Hoje o desporto atravessa transversalmente toda a sociedade ao ponto de muitos autores o considerarem como o espelho da sociedade, com o seu tipo de funcionamento, com as suas crises e contradições e também os seus sonhos e as suas esperanças.

É tido como uma ferramenta de progresso social, um género de “Escola Paralela” com alta vocação para a promoção da saúde, para o bem-estar físico e psicológico e assimilação e vivência de valores éticos tão necessários à construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada, mais profícua.

Por isso mesmo o desporto tem tido uma procura crescente, nos seus diferentes âmbitos, por pessoas de todas as idades e é hoje um desígnio importante nas Políticas dos Governos, nas Organizações Humanitárias, nas Empresas, nas Escolas, etc.

Em resumo, estamos convictos que a prática desportiva/desporto é um excelente veículo para a transmissão de hábitos saudáveis de vida e de valores éticos que, transportados para a vida quotidiana, podem produzir significativas alterações no modo como atualmente a sociedade é vivida - Uma sociedade em permanente mudança e particularmente desgastante, pautada pela escassez de tempo, a competitividade feroz no trabalho, o *stress* diário das grandes urbes e os perigos que alguns grupos sociais incorrem, sobretudo os mais novos, como a droga, o crime organizado e o isolamento social que advêm das novas tecnologias como os videojogos, a Internet, etc.

Programa Nacional Antidopagem

Em 2014 pretende-se continuar a implementar uma política de controlos inteligentes, caracterizada pela realização de controlos fora de competição em momentos considerados de maior risco e envolvendo tipos de amostras e de menus de substâncias a detetar (EPO, CERA, hormona do crescimento) ou metodologias de análise (por exemplo o Passaporte Biológico ou a deteção por IRMS) adequadas a cada caso específico. Esta estratégia, recorrendo aos indicadores disponibilizados pelo Sistema de Gestão da Qualidade da Estrutura de Suporte ao Programa Antidopagem (ESPAD), tem subjacente a ideia de que mais importante do que se realizar um número crescente de controlos de dopagem, com a recolha de um número crescente de amostras orgânicas, é a realização de controlos que cumpram os objetivos acima referidos.

Durante o ano de 2014, a ADoP tem como objetivo uma ainda maior racionalização dos custos inerentes à implementação do Programa Nacional Antidopagem, tendo sido tomadas, ainda no ano de 2012 e após ouvido o Conselho Nacional Antidopagem, diversas decisões visando esse objetivo. Foram redefinidos os critérios inerentes ao cálculo do número de amostras recolhidas em cada uma das modalidades desportivas e a distribuição das diversas modalidades desportivas pelos três grupos de risco, de forma a diminuir o número de amostras a recolher em competição e a aumentar o número de amostras a recolher fora de competição, principalmente aquelas que se enquadram na estratégia dos controlos de dopagem inteligentes.

Esta estratégia visa igualmente transferir recursos financeiros que atualmente estão afetos à realização dos controlos de dopagem para dar resposta às necessidades de modernização do Laboratório de Análises de Dopagem (LAD), através da aquisição de novos equipamentos que possam substituir por um lado alguns equipamentos que já ultrapassaram o tempo útil de vida e, por outro lado, aumentar a sensibilidade dos métodos de deteção com o objetivo de otimizar o seu Sistema de Gestão da Qualidade.

No âmbito da Campanha “JUNTOS será+fácil”, a ADoP pretende no ano de 2014 aumentar a visibilidade das suas iniciativas, não só pela criação de uma página autónoma na Internet, mas também através da publicação de uma *newsletter* e do fortalecimento da parceria com o Programa Nacional de Ética no Desporto (PNED). Por outro lado, pretende-se intensificar o número de parcerias com outras entidades, dado que a luta contra a dopagem não é uma tarefa de alguns, mas antes uma tarefa de todos.

OE4. Promover a valorização da cidadania e da ética no desporto, procurando erradicar comportamentos antissociais e ilegais.

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
<p>OO5. Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem</p>	<p><u>Formação/Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão do tema da ética no desporto nos vários níveis de formação, designadamente no desporto escolar, na formação especializada para docentes do ensino básico e secundário e formação especializada de agentes desportivos; <p>Medida 1: Ações de sensibilização</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Professores ▪ Treinadores ▪ Atletas ▪ Pais ▪ Prisões e Centros educativos <p>Medida 2: Projeto-piloto de monitorização do PNED em Escolas</p> <p>Avaliação Qualitativa (Estudo Caso/escola - entrevistas a dirigentes, professores, alunos, observação de aulas)</p> <p>Medida 3: Criação de sistema de acreditação para clubes relativamente aos valores éticos</p> <p>Implementação do sistema de acreditação</p> <p><u>Prática Desportiva/Eventos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar a vivência de valores éticos ao nível das diferentes modalidades e atividades desportivas, quer seja de âmbito formal ou informal. <p>Medida 1: Projeto “Integrado pelo Desporto - Com o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol” – junto dos centros educativos</p>	<p>PNED/DRs</p>

Medida 2: Ações em eventos desportivos

Promovidos pelo movimento associativo, Câmaras Municipais, COP, Desporto Escolar, INATEL, FADU, outras entidades – públicas ou privadas.

Medida 3: Realização de workshops regionais

Com as Delegações Regionais do IPDJ

Medida 4: Organizações de Workshops/Seminários

Organização de Workshops/Seminários

Publicações, Investigação e Plataformas Digitais

- Publicações específicas sobre a temática, desenvolvimento de estudos científicos sobre ética no Desporto, Criação de Portal e/ou outros instrumentos digitais dedicados ao Plano e à Ética no Desporto.

Medida 1: Spots de Televisão sobre Ética e Desporto - Pais e Filhos

Realização de 3 spots

Medida 2: Edições PNED

Título: Ética, valores e desporto - Coordenação de Michel Renauld

Título: A Ética na Vida e no Desporto - Coordenação José Lima e Humberto Ricardo

Manual do PNED - Reedição

Medida 3: Edições Desporto com Ética | Editora afrontamento

Tese Prof. Salomé Marivoet

Medida 4: Adaptação e tradução de manuais e recursos pedagógicos referentes a boas práticas internacionais.

Campanhas

Criação e implementação de várias campanhas sobre ética no desporto, nacionais, regionais e locais.

Medida 1: Campanha em parceria com o Jornal Record

Medida 2: Campanha em parceria com o Jornal A Bola

	<p>Medida 3: Campanha em parceria com Antena 1</p> <p>Medida 4: Campanhas nas Ilhas da Madeira e dos Açores</p> <p>Medida 5: Banda desenhada para crianças</p> <p>Concursos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação e implementação de vários concursos sobre ética no desporto no domínio das artes, jornalismo, literatura, novas tecnologias, fotografia, entre outras. <p>Medida 1: Concurso Imprensa Escrita Regional, em parceria com o Clube Nacional de Imprensa Desportiva.</p> <p>Medida 2: Concurso Imprensa Escrita: A Ética na Vida e no Desporto - em parceria com o jornal “A Bola”, Direção-Geral de Educação e COP.</p> <p>Medida 3: Concurso: Prémio PNED para Investigação sobre Ética no Desporto, em parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnico.</p>	
	<p><u>Campanha "JUNTOS SERÁ + FÁCIL"</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de parcerias com entidades externas à ADoP - interações inovadoras lançadas no âmbito da campanha; ▪ Produção de um manual com informação relativa à Luta contra a Dopagem no desporto a disponibilizar às Federações Desportivas, versão 2014; <p><u>Controlos de Dopagem:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento das ações de controlo de dopagem inteligentes e racionalização dos controlos de dopagem em competição. 	ADoP/ESPAD
	<p><u>Otimização das atividades laboratoriais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução do prazo de entrega de resultados; ▪ Aumento da capacidade e qualidade de preparação de amostras por sistema robotizado e/ou melhoria da assistência técnica suplementar; ▪ Aumento da capacidade e qualidade analítica por GC/MS/MS; ▪ Aumento da capacidade e qualidade analítica por LC/MS/MS; ▪ Aumento do arsenal informático; 	ADoP/LAD

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do módulo esteroideal do Passaporte Biológico; ▪ Incremento das atividades laboratoriais. <p><u>Melhoria do sistema de gestão da qualidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Obtenção de certificado de acreditação emitido pelo IPAC e AMA relativo à acreditação de dois novos métodos/ensaios no âmbito do sistema de Acreditação pelo IPAC até ao final do ano de 2014. Desempenho do LAD nos ensaios interlaboratoriais organizados pela AMA, IMIM (<i>Institut Municipal d'Investigació Médica</i>) e CSCQ (<i>Centre Suisse de Controle de Qualité</i>). 	
--	---	--

ÁREAS DE INTERVENÇÃO TRANSVERSAIS

Informação e Comunicação

A UO deve com a sua atuação participar no aumento da notoriedade do IPDJ, tanto a nível nacional quanto internacional, assegurando a recolha, tratamento e divulgação da informação que vai ao encontro dos interesses dos stakeholders, coletivos e singulares, públicos e privados. Por outro lado, procurará propor a participação, própria ou em parceria, em omento de comunicação passíveis de potenciar o cumprimento da sua missão e a promoção dos valores que norteiam a sua intervenção social.

Objetivos	Medidas e Ações a concretizar	Unidades Orgânicas
O1. Aumentar a Notoriedade do IPDJ junto dos Stakeholders (associações juvenis, entidades desportivas, parceiros institucionais, nacionais e	<p>Stakeholders:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover parcerias e implementar ferramentas que permitam a gestão das ações e a avaliação das mesmas pelos participantes (onde aplicável). <p>Museu e Biblioteca:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção, organização e/ou divulgação de ações/eventos, seminários e tertúlias; ▪ Propor mecanismos de divulgação e notoriedade (página web/ publicações culturais, etc.); 	DICRI/Museu /Biblioteca

internacionais, público em geral)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mecanismos de divulgação e notoriedade (página web). <p><i>Público Jovem:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de <i>dossiers</i> pedagógicos para instituições de ensino; ▪ Elaboração de ações dirigidas ao público juvenil; ▪ Elaboração de questionários de satisfação; ▪ Criação de catálogo e tratamento documental da coleção geral e de reservados da Biblioteca nacional de Desporto 	
O2. Assegurar a qualidade da informação multicanal (presencial, telefónico e internet)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seguir as orientações dos instrumentos internacionais reconhecidos pelo IPDJ para monitorização da qualidade dos serviços de informação disponibilizados, promovendo as correções tidas por convenientes. 	DICRI
O3. Potenciar a intervenção internacional do IPDJ	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localizar e identificar as ações/projetos com interesse potencial para o IPDJ propor a necessária intervenção. 	DICRI/UOs
Lojas Ponto JA:		
O4. Dinamizar a estratégia de comunicação e informação ao nível das Lojas Ponto JA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de conteúdos e produção de suportes de informação e comunicação; ▪ Desenvolvimento e acompanhamento de iniciativas próprias e em parceria (ambiente interno de loja e ambiente externo). 	Lojas/DRs
O5. Potenciar a aptidão técnica do pessoal afeto às Lojas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover e participação do pessoal que desempenha funções nas Lojas Ponto JÁ em ações de formação e sensibilização. 	

RECURSOS HUMANOS

O IPDJ, I.P. tem previsto para 2014 um total de 372 efetivos, sendo as carreiras/categorias mais representativas as de assistente técnico e de técnico superior.

No que respeita aos dirigentes superiores o IPDJ, I.P. dispõe de 5, ou seja, 1 dirigente superior de 1.º grau e 4 dirigentes superiores de 2.º grau (1 Vice-presidente, 2 vogais e o presidente da ADoP).

Para prosseguimento das suas atribuições e tendo em conta a especificidades das funções, nomeadamente na área da saúde e do desporto, o IPDJ, I.P. mantém, em 2014, contratos de prestação de serviço, na modalidade de tarefa e avença (no total de 108), que se prevê serem reduzidos concomitantemente à abertura de procedimentos concursais, conforme postos de trabalho criados para 2014.

Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermediários	Investigador Coordenador	Docentes	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	Técnicos de Informática	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Total Postos de Trabalho orçamentados para 2014
5 (a)	33 (b)	1	5	2	1	5	4	142	145	29	372

Fonte: Mapas anexos à proposta de orçamento 2014.

Notas: a) Inclui o Presidente da ADoP; b) Inclui 4 Chefes de equipa multidisciplinar

Ao nível da gestão de recursos humanos é de referir como prioridades para 2014, a conclusão dos procedimentos concursais para dirigentes.

Será ainda prioritário o desenvolvimento de formação e qualificação de recursos humanos, quer pelo desenvolvimento do Programa Operacional de Potencial Humano, o qual abrangerá um total de 22 ações de formação, como pela procura de parcerias e programas de formação que vão de encontro às necessidades do organismo.

Ao nível dos recursos humanos pretende ainda fomentar-se como linha orientadora da sua actividade, a simplificação dos processos e a qualidade nos serviços prestados, nomeadamente pela elaboração de manuais de procedimentos e notas internas.

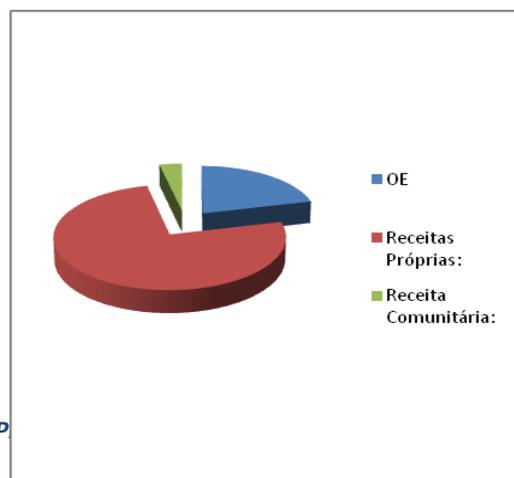
RECURSOS FINANCEIROS

Para fazer face às necessidades para o ano de 2014 o IPDJ, IP dispõe de um orçamento de €66.355.368, sendo 91% do orçamento corresponde a Despesas de Funcionamento, no montante de €60.355.368 e 9% corresponde a Despesas de Investimento – PIDAC, no valor de €6.000.000, conforme demonstrado nos mapas *infra*

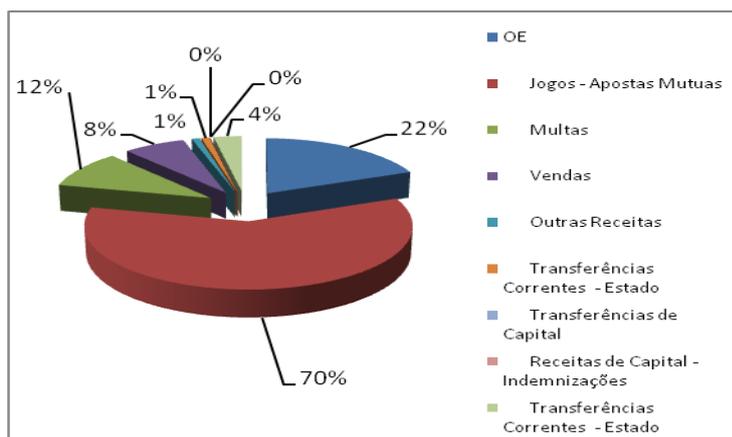
ORÇAMENTO PARA 2014

RECEITAS ORIGEM EM:	Receita Orçamentada	Peso Relativo	DESPESA:	ORÇAMENTO Inicial	Peso Relativo
			FUNCIONAMENTO	60.355.368	91%
OE	14.753.152	22%	DESPESAS COM PESSOAL	9.753.152	15%
Receitas Próprias:	49.345.241	80%	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.156.593	11%
Jogos - Apostas Mutuas	42.996.563	70%	JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.000	0%
Multas	70.900	12%	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.422.373	59%
Vendas	5.194.900	8%	DESPESAS CORRENTES	1.290.334	2%
Outras Receitas	100.000	1%	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.230.916	3%
Transferências Correntes - Estado	931.878	1%	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	500.000	1%
Transferências de Capital	0	0%			
Receitas de Capital - Indemnizações	51.000	0%	INVESTIMENTO - PIDAC:	6.000.000	9%
Receita Comunitária:	2.256.975	4%	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.700.000	7%
Transferências Correntes - Estado	2.256.975	4%	DESPESAS CORRENTES	0	0%
			AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.000.000	2%
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	300.000	0%
Total Geral	66.355.368	100%	Total Geral	66.355.368	100%

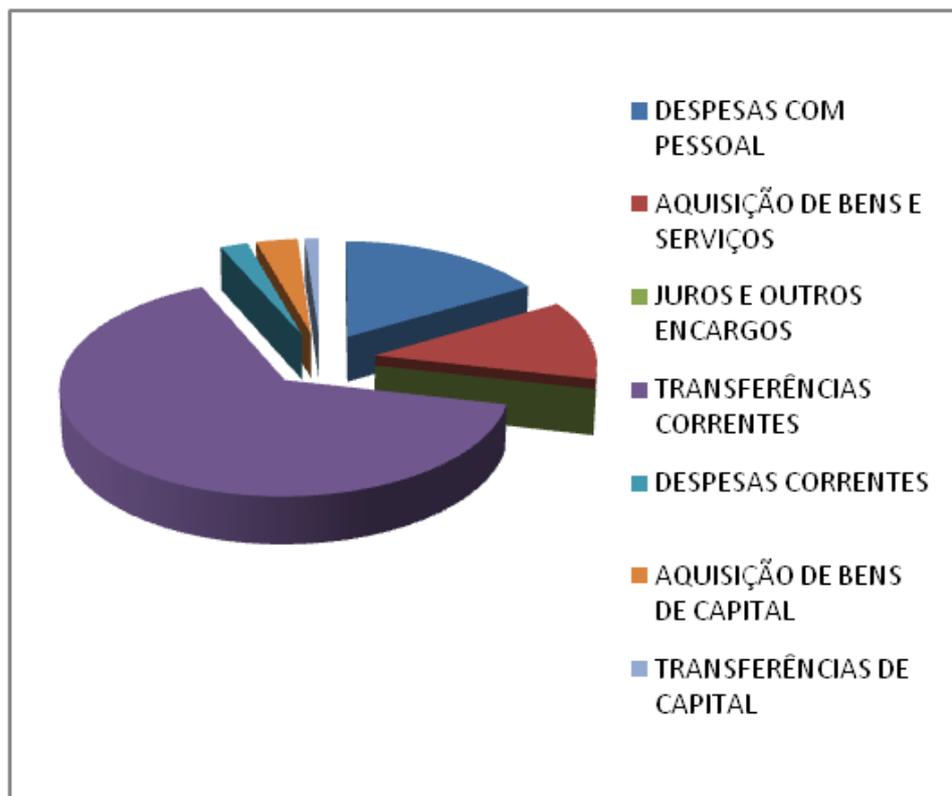
Estrutura da Receita Orçamentada:



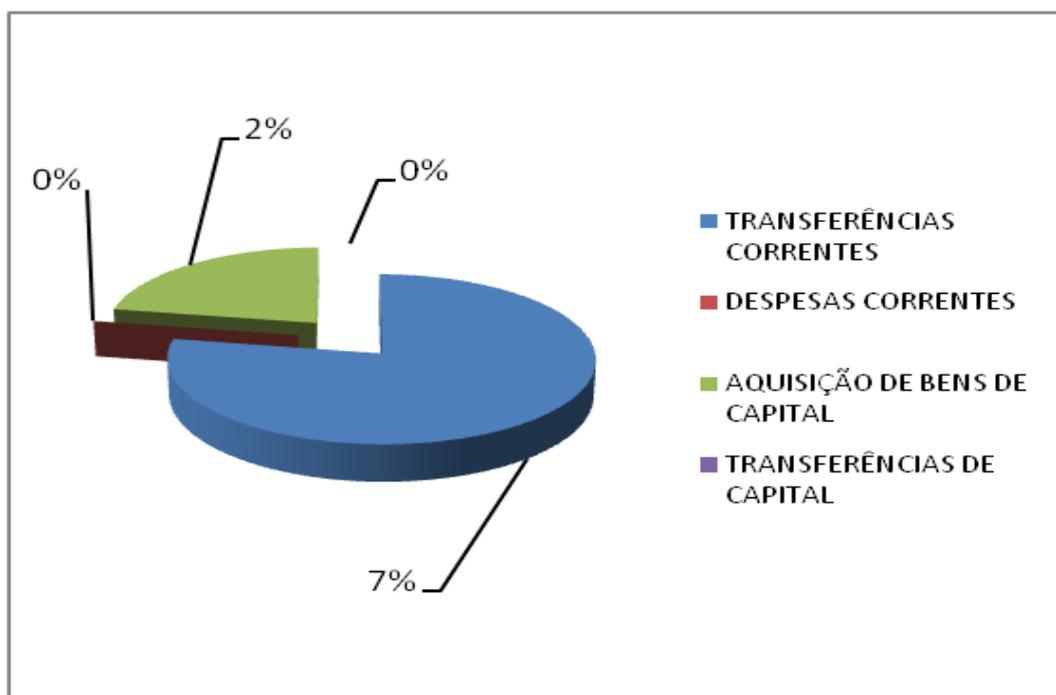
Estrutura da Receita Orçamentada:



Estrutura da Orçamento de Despesa - Funcionamento:



Estrutura da Orçamento de Despesa - Investimento (PIDDAC):



INFRAESTRUTURAS

O IPDJ, I.P dispõe de diversas infraestruturas desportivas, sendo que o Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ) reúne a maior parte das instalações desportivas para a prática de várias modalidades, instalações de apoio a atletas, nacionais e estrangeiros, e áreas para a prática atividade física e de lazer.

Para o ano de 2014 prevê-se a continuidade da melhoria e modernização das instalações no CNDJ, nomeadamente, na Carreira de Tiro, no Estádio de Honra, Campo de Golfe, Complexo de Piscinas, na Nave de Atletismo, Ténis Cobertos e da Pista de Atividades Náuticas.

ANEXO I – QUAR IPDJ, I.P.

											
ANO: 2014											
MINISTÉRIO: Presidência do Conselho de Ministros											
SERVIÇO: Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.											
MISSÃO: Execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, em estreita colaboração com entes públicos e privados, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais.											
VISÃO: Ser uma organização de reconhecida referência nacional e internacional no desenvolvimento de políticas públicas para as áreas do desporto e juventude.											
Objectivos Estratégicos											
DESIGNAÇÃO											
OE 1. Incrementar a prática desportiva, o desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais											
OE2. Reforçar e valorizar competências e formação profissional											
OE3. Fomentar a participação e inclusão social dos Jovens com a implementação de programas											
OE4. Promover a valorização da cidadania e da ética no desporto, procurando erradicar comportamentos antissociais e ilegais											
Objectivos Operacionais											
Eficácia 40%											
OO1. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais. 40%											
	INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 1	Nº de participantes no Programa Marcha e Corrida	20.000	35.000	35.500	500	37.000	25%				
Ind. 2	Nº avaliações e controlos de treino	4.500	3.600	2.500	50	2.600	25%				
Ind. 3	Nº total de exames médico-desportivos, consultas e tratamentos	25.000	23.500	23.300	200	23.700	25%				
Ind. 4	Nº de atletas nacionais apoiados			120	0	140	25%				
OO2. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos Recursos Humanos. 30%											
	INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 5	Nº de certificados emitidos	22.000	23.500	23.500	250	24.000	55%				
Ind. 6	Volume de formação modular certificada [37,5 (número médio de horas de cada ação de formação – ações de 25h ou 50h) *15 (número mínimo de formandos em cada ação de formação)]			117.000	500	120.000	45%				
OO3. Fomentar junto dos Jovens o Empreendedorismo, a Participação Cívica, o Voluntariado, a Igualdade de Género, a Ocupação de Tempos livres e os Estilos de Vida Saudáveis 30%											
	INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 7	Nº de jovens participantes nos Programas	68.510	124.600	124.600	6.230	135.500	70%				
Ind. 8	Nº de entidades envolvidas nos Programas	1.000	1.431	1.431	0	1.450	30%				

Eficiência											30%
004. Apoiar o Associativismo Jovem e contribuir para a valorização e Reconhecimento da Educação Não Formal											100%
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind. 9	N.º total de Associações de jovens inscritas no RNAJ.										
	1.002	1.020	1.080	25	1.120	20%					
Ind. 10	N.º de entidades envolvidas e apoiadas em Programas e iniciativas associativas										
	1.000	1.200	1.260	50	1.310	30%					
Ind. 11	N.º de Jovens envolvidos em programas e iniciativas associativas apoiadas pelo IPDJ										
	1.000	4.406	5.000	100	5.500	50%					
Qualidade											30%
005. Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem											100%
INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Ind. 12	N.º de iniciativas de promoção realizadas sobre a temática da ética no desporto										
		153	60	10	80	25%					
Ind. 13	N.º de métodos / ensaios acreditados no âmbito do sistema de Acreditação pelo IPAC										
		1	2	0	3	25%					
Ind. 14	N.º de processos da ESPAD certificados com a Norma ISO 9001										
		5	5	0	6	25%					
Ind. 15	N.º de amostras de sangue recolhidas em controlos fora de competição no âmbito da estratégia do Passaporte Biológico										
			300	0	320	25%					
NOTA EXPLICATIVA											
JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS											
AVALIAÇÃO GLOBAL											
Eficácia											
001. Aumentar a participação desportiva da população e o apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e das seleções nacionais.											
002. Promover a certificação dos agentes desportivos e a qualificação dos Recursos Humanos.											
003. Fomentar junto dos Jovens o Empreendedorismo, a Participação Cívica, o Voluntariado, a Igualdade de Género, a Ocupação de Tempos livres e os Estilos de Vida Saudáveis											
Eficiência											
004. Apoiar o Associativismo Jovem e contribuir para a valorização e Reconhecimento da Educação Não Formal											
Qualidade											
005: Desenvolver iniciativas no âmbito do Plano Nacional da Ética no Desporto e do Programa Nacional Antidopagem											

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	Recursos Planeados	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	5	20	100		
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	33	16	528		
Coordenador Científico	1	16	16		
Técnicos Superior - (inclui especialistas de informática)	147	12	1.764		
Médicos	2	12	24		
Enfermeiros	1	12	12		
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	5	12	60		
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	149	8	1.192		
Assistente operacional	29	5	145		
TOTAL	372	113	3.841		

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	60.355.368,00		
Despesas com pessoal	9.753.152,00		
Aquisição de Bens e Serviços	7.156.593,00		
Outras Despesas Correntes	43.445.623,00		
PIDDAC	6.000.000,00		
Outros valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	66.355.368 €		

Indicadores: Fontes de Verificação

Ind. 1	Nº de participantes no Programa Marcha e Corrida	Relatório do programa
Ind. 2	Nº avaliações e controlos de treino	Relatório Mensal
Ind. 3	Nº total de exames médico-desportivos, consultas e tratamentos	Base de dados GESPX01
Ind. 4	Nº de atletas nacionais apoiados	Listas de acesso a infraestruturas e residentes
Ind. 5	Nº de certificados emitidos	Plataforma Informática PRODESORTO
Ind. 6	Volume de formação modular certificada	Relatório
Ind. 7	Nº de jovens participantes nos Programas	Relatório
Ind. 8	Nº de entidades envolvidas nos Programas	Relatório
Ind. 9	N.º total de Associações de jovens inscritas no RNAJ.	Aplicação Informática
Ind. 10	Nº de entidades envolvidas e apoiadas em Programas e iniciativas associativas	Relatório
Ind. 11	Nº de Jovens envolvidos em programas e iniciativas associativas apoiadas pelo IPDJ	Relatório
Ind. 12	Nº de iniciativas de promoção realizadas sobre a temática da ética no desporto	Relatórios de atividades (seminários, workshops, ações de informação e formação)
Ind. 13	Nº de métodos / ensaios acreditados no âmbito do sistema de Acreditação pelo IPAC	Certificado de Acreditação emitido pelo IPAC
Ind. 14	Nº de processos da ESPAD certificados com a Norma ISO 9001	Certificados emitidos
Ind. 15	N.º de amostras de sangue recolhidas em controlos fora de competição no âmbito da estratégia do Passaporte Biológico	Base de dados PNA